

RICARDO LUIZ NICOLI

COLEÇÃO
ESTUDOS EM
HOMENAGEM À
DARCI GUIMARÃES
RIBEIRO

PADRÕES DECISÓRIOS

A FUNÇÃO DOS JUÍZES E CORTES DE JUSTIÇA NO
JULGAMENTO DO CASO CONCRETO E NA EVOLUÇÃO
DO DIREITO

Londrina/PR
2022


THOTH
EDITORA

**Dados Internacionais de Catalogação na
Publicação (CIP)**



Nicoli, Ricardo Luiz.

Padrões decisórios: a função dos juízes e Cortes de Justiça no julgamento do caso concreto e na evolução do Direito / Ricardo Luiz Nicoli. (Coleção estudos em homenagem à Darci Guimarães Ribeiro). – Londrina, PR: Thoth, 2022.

396 p.

Bibliografias 367-396

ISBN 978-65-5959-327-9

1. Direito Processual Civil. 2. Precedentes.
3. Padrões decisórios. I. Título.

CDD 341.46

Diagramação e Capa: Editora Thoth

Revisão: Vianney Mesquita

Editor chefe: Bruno Fuga

Coordenador de Produção Editorial: Thiago Caversan Antunes

Diretor de Operações de Conteúdo: Arthur Bezerra de Souza Junior

Conselho Editorial (Gestão 2022)

Prof. Me. Anderson de Azevedo • Me. Aniele Pissinati • Prof. Dr. Antônio Pereira Gaio Júnior • Prof. Me. Alberto Shinji Higa • Prof. Dr. Arthur Bezerra de Souza Junior • Prof. Dr. Bruno Augusto Sampaio Fuga • Prof. Dr. Clodomiro José Bannwart Junior • Prof. Me. Daniel Colnago Rodrigues • Prof. Dr. Fábio Ricardo R. Brasilino • Prof. Dr. Flávio Tartuce • Me. Gabriela Amorim Paviani • Prof. Dr. Guilherme Wunsch • Prof. Me. Ivan Martins Tristão • Prof. Me. Júlio Alves Caixêta Júnior • Prof. Esp. Marcelo Pichioli da Silveira • Prof. Dra. Marcia Cristina Xavier de Souza • Esp. Rafaela Ghacham Desiderato • Prof. Dr. Rita de Cássia R. Tarifa Espolador • Prof. Dr. Thiago Caversan Antunes • Prof. Dr. Zulmar Fachin

Índices para catálogo sistemático

1. Direito Processual Civil : 341.46

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização. A violação dos Direitos Autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98.

Todos os direitos desta edição são reservados pela Editora Thoth. A Editora Thoth não se responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta obra por seus autores.

SUMÁRIO

AUTOR.....	9
AGRADECIMENTOS.....	13
APRESENTAÇÃO.....	19
PRESENTAZIONE.....	33
PREFÁCIO.....	47
INTRODUÇÃO.....	55
CAPÍTULO 1	
ACESSO À JUSTIÇA, CERTEZA DO DIREITO E CORTES DE VÉRTICE: A NECESSÁRIA COMPATIBILIZAÇÃO ENTRE AS FUNÇÕES DE REALIZAÇÃO DA JUSTIÇA NO CASO JURÍDICO CONCRETO E A BUSCA PELA UNIDADE DO DIREITO.....	67
1.1 A lei e a (in)certeza do Direito.....	77
1.2 A interpretação e a (in)certeza do Direito.....	85
1.3 A Hermenêutica como condição de possibilidade para a certeza do Direito.....	92
1.4 As funções jurisdicionais das Cortes de Vértice.....	112
1.5 O <i>ius constitutionis</i> e o <i>ius litigatoris</i> : a função pública e privada das Cortes.....	122
1.6 O universalismo e o particularismo nas Cortes de Vértice e nas Cortes de Justiça.....	130
1.7 Função nomofilática e a ambiguidade das Cortes de Vértice.....	139
1.8 As funções constitucionais do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal.....	150
CAPÍTULO 2	
PADRONIZAÇÃO DECISÓRIA E ENDEREÇOS ARGUMENTATIVOS: BREVE DESCRIÇÃO DA TRADIÇÃO JURISPRUDENCIAL BRASILEIRA E A PERMANENTE COMPARAÇÃO COM O PRECEDENTE JUDICIAL DA TRADIÇÃO DO <i>COMMON LAW</i>	167
2.1 A evolução histórica do uso de decisões judiciais anteriores na resolução de casos subsequentes no Direito processual brasileiro.....	168

2.1.1 Os costumes e as façanhas como fontes do Direito em Portugal.....	169
2.1.2 A legislação geral, as Ordenações do Reino e sua interpretação por meio dos assentos	173
2.1.3 As primeiras tentativas de padronização decisória tipicamente brasileira: os prejudgados, os <i>cases law</i> , as súmulas da jurisprudência predominante e o incidente de uniformização de jurisprudência.....	183
2.1.4 A padronização decisória desde a Constituição da República de 1988: teses jurídicas, súmulas vinculantes e filtros recursais.....	189
2.1.5 A tradição jurisprudencial brasileira e os padrões decisórios do Código de Processo Civil de 2015.....	195
2.2 O precedente judicial e os padrões decisórios do Código de Processo Civil.....	196
2.2.1 O precedente da tradição do <i>Common Law</i> e o “precedente” no Direito processual brasileiro: diferentes, mas com objetivos semelhantes	196
2.2.2 O precedente na tradição do <i>Common Law</i> e a jurisprudência no Direito processual brasileiro	213
2.2.3 O precedente na tradição do <i>Common Law</i> e os enunciados de súmulas no Direito processual brasileiro.....	226
2.2.4 O precedente na tradição do <i>Common Law</i> e as decisões do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade	233
2.2.5 O precedente na tradição do <i>Common Law</i> e o incidente de assunção de competência - IAC.....	235
2.2.6 A tese jurídica firmada no incidente de resolução de demandas repetitivas e o precedente da tradição do <i>Common Law</i>	239
2.2.7 A tese jurídica firmada nos recursos especial e extraordinário e o precedente da tradição do <i>Common Law</i>	245
2.2.8 O precedente na tradição do <i>Common Law</i> e a orientação do plenário ou do órgão especial das Cortes	249

CAPÍTULO 3

OS JUÍZES E AS CORTES DE JUSTIÇA: “VÁLVULA RESPIRATÓRIA” PARA A EVOLUÇÃO DO DIREITO.....	257
3.1 Padrões decisórios do art. 927 do Código de Processo Civil: vinculantes ou de observância obrigatória? Existe hierarquia entre esses provimentos?	257
3.1.1 Padrões decisórios e o microsistema fora do sistema: o caso dos juizados especiais estaduais	272
3.2 Os juízes de primeiro grau e a formação dos padrões decisórios.....	280
3.3 A natural tendência de acompanhar as Cortes de Vértice e os riscos de uma padronização decisória rígida	289
3.4 A permanente reconstrução do Direito: a incessante tarefa dos juízes e Cortes de Justiça de solucionar o caso jurídico concreto	294

3.5 Juízes e Cortes de Justiça e a distinção do padrão decisório no caso em julgamento.....	296
3.6 Qual a função dos juízes e Cortes de Justiça na superação do padrão decisório?.....	298
3.7 O papel dos juízes e Cortes de Justiça na evolução da interpretação nos casos das ações concentradas de (in)constitucionalidade.....	306
3.8 Os juízes e a superação da tese firmada em incidente de assunção de competência - IAC.....	319
3.9 Os juízes e a superação da tese em incidente de resolução de demandas repetitivas - IRDR.....	322
3.10 O acesso às Cortes de Vértice e os filtros de “admissibilidade” dos recursos extraordinário e especial: os juízes e Cortes de Justiça como condição de possibilidade de evolução do Direito.....	335
CONCLUSÃO●.....	351
REFERÊNCIAS.....	367